

ENTREVISTA COM PABLO ORTELLADO¹

Marcos Lacerda²

Henrique Jeske³

1. Em primeiro lugar, eu gostaria que você falasse um pouco acerca da sua formação acadêmica. Você é formado em filosofia, não é? Com graduação e doutorado na USP. Inclusive tendo sido orientado pelo Paulo Arantes, com uma tese sobre o Castoriadis.

Meu percurso é sinuoso. Minha formação — graduação e doutorado — foi na Filosofia, onde estudei temas de filosofia política e, depois, desde que ingressei como professor na EACH-USP, tenho feito pesquisa empírica quantitativa investigando temas na intersecção entre sociedade e tecnologias digitais. Esse percurso que nasce na Filosofia e termina na pesquisa empírica quantitativa parece uma mudança brusca de rota, mas, correndo o risco de forçar coerência numa leitura retrospectiva, está muito assentada na minha primeira graduação (não concluída) na História. Na História, aprendi o valor da pesquisa empírica com o professor Istvan Jancsó. Aprendi especialmente a desconfiar das grandes construções teóricas sem apoio empírico. Quando me apaixonei pela Filosofia foi, de certa maneira, por uma tradição que assenta a reflexão filosófica em observação sistemática, uma família que vai de Aristóteles a Foucault, passando por Maquiavel, Marx e Nietzsche. Quando resolvi mudar de curso, o professor Istvan me apresentou ao Paulo Arantes e me orientou a ir trabalhar com ele. Quando cheguei por lá e fui falar com o Paulo, ele me perguntou, daquele jeito jocoso dele, o que tinha dado na minha cabeça para sair de uma disciplina empírica (História) para uma que não fala de nada (Filosofia). E, ali, nos famosos seminários das quartas do Paulo

¹ Pablo Ortellado é doutor em Filosofia e professor de Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP. É coordenador do Monitor do Debate Político no Meio Digital e colunista de política do jornal O Globo.

² Faz estágio de pós-doutorado no âmbito do PPGS/UFPEL. E-mail: lacerda.marcos81@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9810-198X>

³ Doutorando em sociologia pelo PPGS/UFPEL. E-mail: henrique.jeske@ufpel.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-6751-1310>

Arantes, ficamos anos recebendo pesquisadores empíricos, da Sociologia, da Antropologia, da História e da crítica literária, tentando combinar resultados de pesquisa empírica numa leitura crítica do Brasil contemporâneo.

2. A sua produção acadêmica tem relação com as novas movimentações da sociedade civil no mundo primeiramente e depois, com mais ênfase, no Brasil. Mas ao lado do tema da relação entre novos movimentos sociais e novas tecnologias da informação. Por exemplo, no final da década de 90 e parte significativa dos anos 2000, estão lá temas como o software livre, os movimentos antiglobalização, a esquerda autonomista, com movimentos como o zapatismo, os movimentos indígenas, os cypherpunks, além de trabalhos em torno de problemas como o dos direitos autorais.

A maior parte destes artigos eu colocaria na conta do ativismo e não propriamente da pesquisa acadêmica. Eu acho que por muito tempo fiz uma tentativa —malsucedida —de separar o ativismo da investigação acadêmica. O motivo de tentar separar as coisas era duplo. Por um lado, eu tinha medo de transformar a pesquisa acadêmica no meu ativismo, como via acontecer bastante na universidade. Eu não queria terminar como um ativista cujo ativismo principal é a pesquisa, porque julgava que a pesquisa engajada é uma forma de ativismo “fraco”, insuficiente e talvez inócuo. Por outro lado, achava que a pesquisa engajada em geral é muito pouco independente. Ela em geral tenta encontrar motivos e evidências para um resultado determinado de antemão. Achava que isso violava os princípios mais básicos da autonomia intelectual. Apesar dessa crença, acho que terminei emaranhado nesta mistura muito mais do que gostaria. Para começar, fui estudar no doutorado um autor (Castoriadis) muito ligado ao engajamento político nos anos 1950 e 1960 na França e estudei especificamente um certo entendimento da práxis que ele adota e que atravessa sua obra desde os anos 1930 até a sua morte nos anos 1990. Depois, esses ensaios a que você se refere — e que foram pensados como ativismo, e foram publicados em meios ativistas — terminaram, digamos assim, “entrando no Lattes”. Mas eles foram originalmente pensados como reflexões sobre os rumos do ativismo autônomo nos anos 2000, uma tentativa, muito característica da minha geração, de criar

um circuito de mobilização política horizontal, desconectado dos partidos políticos e das concepções leninistas que orientam esses partidos. Essas reflexões passam pelo aprendizado com o movimento (neo)zapatista no México, pela criação das redes de mobilização “antiglobalização” nos anos 1990-2000 e terminam, creio eu, na criação do Movimento Passe Livre que foi estabelecido pelos ativistas mais jovens desta geração.

*3. A partir de 2013 você publica livros e artigos em torno das jornadas de junho, do movimento passe livre, das consequências disso para a sociedade brasileira e assim por diante. Consolidando a sua reflexão sobre a relação entre movimentos sociais e novas tecnologias da informação. Exemplos aqui são os livros *Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia* (2013) e *Vinte centavos: a luta contra o aumento* (2013). Também aparecem artigos como "On Processes and Outcomes: Remarks on the Brazilian Protests of June, 2013, and Other Experiences of New Movements?" (2013) e "L'antiparti: autonomie et stratégie dans le «Movimento Passe Livre»" (2014). Aliás, numa entrevista mais recente, você reafirma a importância das Jornadas de Junho de 2013.*

Junho de 2013 foi um momento de redenção, do ponto de vista pessoal. É como se todos os esforços da minha geração política finalmente tivessem dado frutos, quando menos esperávamos. Por um tempo, parecia que tudo que havíamos feito nos anos 1990 e 2000 tinha sido em vão e que o mundo seguiria como se não tivéssemos deixado qualquer marca significativa. Nestes escritos, sobretudo no livro “Vinte centavos”, tento, com minhas coautoras, ligar os protestos de junho com esse processo de mobilização dos anos anteriores e que foram amadurecendo até explodirem daquele jeito selvagem. No livro, Elena Jurgensneider, Luciana Lima e eu tentamos recontar factualmente os acontecimentos da primeira quinzena de junho apresentando a interação estratégica dos diferentes atores políticos, muito inspirados, do ponto de vista formal, na “História de Florença” do Maquiavel.

Olhando para a imensa bibliografia de junho de 2013, ainda acho que é um livro muito interessante porque mostra como o que veio depois está enraizado num longo processo de mobilização e de planejamento estratégico. Hoje, o debate sobre junho está muito contaminado pela tese do “ovo da

serpente”, da ideia equivocada que não deveríamos ter nos mobilizado fora do controle dos partidos de esquerda porque isso despertou forças sociais selvagens que levaram ao nascimento da nova direita. Embora me pareça claro que os protestos de 2013 foram o gatilho que despertou a inquietação social a partir da qual a direita se organizou, as temáticas abraçadas pela nova direita não têm muita intersecção com a agenda reivindicativa das manifestações – para além do ponto geral de crítica ao governo.

4. Poucos anos depois parece haver uma mudança na sociedade brasileira, com a ascensão da nova direita, do conservadorismo moral, também de uma espécie de ultraliberalismo, com os movimentos de jovens anarcocapitalistas. São movimentações da sociedade civil em relação direta com a rotinização das novas tecnologias da informação, em especial, mas não exclusivamente, com as redes sociais digitais. Alguns textos teus chamam logo a atenção, entre eles um artigo para o El País⁴, com o seguinte título: "Guerras culturais no Brasil" (2014). A concentração dos estudos, mantendo como base a relação entre novos movimentos sociais e tecnologias da informação, passa a ter como objeto a nova direita brasileira, certo? O que são propriamente as "guerras culturais"?

“Guerras culturais” é o nome originalmente dado por sociólogos da religião para se referir às disputas políticas em torno de temas morais como drogas, posse de armas e aborto. James Hunter notou no final dos anos 1980 que esses temas estavam saindo da periferia e entrando para o centro do debate político nos Estados Unidos, reorganizando o campo político como um antagonismo entre progressistas e conservadores. Ainda em 2014 eu escrevi um artigo inspirado pela literatura americana (principalmente pelo “Moral Politics” do Lakoff⁵), notando que a ascensão de um certo tipo de comentarista de direita na imprensa marcava nossa entrada nas guerras culturais. Desde então incorporei essa dimensão na minha investigação sobre a ascensão da nova direita e sobre a consolidação da polarização política no Brasil.

⁴Posteriormente, Pablo Ortellado, apontou que o artigo foi escrito para o *Le Monde Diplomatique*. Esta nota tem, portanto, caráter de errata.

⁵George Lakoff, linguista estadunidense e professor da Universidade da Califórnia.

Esse interesse pela nova direita e pelo papel das guerras culturais veio de um choque. Em 2015, eu tinha recebido um financiamento para investigar a difusão das pautas reivindicatórias dos movimentos sociais no ciclo de protestos dos anos 2010 (Primavera Árabe, 15M, Occupy Wall Street e nosso junho de 2013). Minha tese era que o que tínhamos vivido no Brasil era único porque — ao contrário de outras experiências internacionais nas quais os ativistas tinham se perdido em pautas reivindicatórias amplas e difusas — tínhamos conseguido nos concentrar numa pauta central factível, que tinha levado a uma vitória econômica concreta (a redução das tarifas de transporte na segunda quinzena de junho). Eu estava começando a investigar essa questão quando meu objeto desapareceu — ou metamorfoseou —, e surgiram os primeiros protestos de massa contra a presidente Dilma Rousseff. Eu aproveitei a oportunidade para mudar de objeto e acompanhar de perto esse fenômeno novíssimo que eram os movimentos sociais de massa que não tinham uma identidade de esquerda.

5. Parece ter havido uma mudança importante entre o período das jornadas de junho de 2013 e as manifestações massivas da nova direita a partir de 2015, se consolidando mais propriamente em 2016, através do antipetismo e de uma série de pautas morais. Uma mudança significativa entre a polarização sociedade civil e sistema político considerado corrupto, tanto moralmente, quanto econômica e politicamente, para uma polarização entre progressistas e conservadores, esquerda e direita mais acentuada. Dá para afirmar algo neste sentido?

Acho que esses anos, 2013-2015, são os anos de reorganização do campo político e de consolidação da nova direita como um dos polos da polarização política no Brasil. Não há explicações consensuais para essa mudança, mas temos algumas hipóteses e conhecemos os traços principais dessa mudança. Minha explicação tentativa é a seguinte, tentando não me apoiar excessivamente em explicações nacionais, já que esses processos são claramente transnacionais. Eu acho que há uma conexão entre a indistinção política que vimos nos anos 1990 e a polarização que vemos nos anos 2010. Nos anos 1990, o sistema de representação política entrou em crise quando,

devido à crise fiscal, esquerda e direita adotaram agendas muito semelhantes e ficaram indistintas. Foram os anos Clinton, Tony Blair e FHC. Esse cenário de indistinção desmotivou politicamente eleitores e cidadãos que acreditavam que não fazia grande diferença votar na esquerda ou na direita, já que as políticas adotadas eram muito parecidas. A saída para essa crise surgiu nas décadas seguintes quando o sistema político incorporou as guerras culturais que vinham da agenda dos novos movimentos sociais — feminismo, movimento negro e movimento gay (como se chamava então o movimento LGBTQIA+) —, e da reação conservadora a eles. Desta maneira, o sistema político respondeu à indistinção daqueles anos de “fim da história” com a hiper distinção desses anos de polarização.

Assim, meu entendimento é que a polarização e as guerras culturais são uma resposta do sistema político à crise de representação dos anos “neoliberais”, por assim dizer. Só que uma vez consolidadas, as guerras culturais ganham uma dinâmica com traços sociais próprios. Um dos resultados mais importantes que a pesquisa no laboratório mostrou é que há traços sociais da distribuição da opinião sobre temas morais que fundamentam o populismo dos conservadores. Por uma série de razões, o progressismo, desde os anos 1980, se enraizou em instituições de reprodução de valores: nas escolas e universidades, nos meios de comunicação de massa e na cultura e nas artes. A reação conservadora, por sua vez, só encontrou espaço para se organizar — dentre as instituições que reproduzem valores — nas igrejas, onde construiu suas trincheiras, formando uma aliança ecumênica que liga católicos, evangélicos e judeus conservadores.

Essa ênfase do progressismo em instituições de ensino superior e artísticas os identificou (e os concentrou) nas camadas mais escolarizadas da população. Quando medimos a distribuição das opiniões progressistas e as aglomeramos em *clusters*, vemos que os progressistas são muito mais escolarizados (e conseqüentemente mais ricos) e mais brancos, enquanto quem adota posições mais conservadoras tem escolaridade mais baixa, é mais pobre e é mais frequentemente negro ou pardo. E esses traços demográficos, creio eu, fornecem um fundamento para o discurso populista que vê o progressismo como um elitismo “antipovo”.

6. *Existem três textos que nos chamaram muito a atenção, com pesquisas em torno das manifestações entre 2015 e 2016. O primeiro foi escrito em parceria com a socióloga Esther Solano e publicado em 2016: "Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015". Nele existem alguns dados interessantes sobre o perfil dos manifestantes da nova direita, neste momento ao menos. Os outros dois textos, publicados em 2017, "2016: o ano da polarização" e "Guerras Culturais e Populismo Antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma da previdência" têm dados também muito importantes. Outro dado relevante é a inexistência de uma relação de analogia direta entre as perspectivas dos manifestantes em geral e as perspectivas da população desmobilizada. A pesquisa traça um interessante perfil a respeito do paulistano médio que não necessariamente participa de manifestações de rua, sejam as que foram favoráveis ou contrárias ao impeachment.*

Fizemos muitas investigações empíricas nestes anos de 2015 a 2017 tentando entender a opinião e a identidade destes setores que estavam se mobilizando contra a presidente Dilma Rousseff. Uma das coisas notáveis que descobrimos era que embora a liderança dos protestos fosse liberal e conservadora, a base, naquele período, era bastante heterogênea, com a maioria das pessoas se recusando a adotar identidades políticas de direita ou esquerda e os que o faziam se dividindo bastante, uns se reconhecendo como de centro, outros de direita e, uma parcela não desprezível, de esquerda. Essa identidade heterogênea permaneceu assim no campo “anticorrupção” por pelo menos três anos e só mudou — e drasticamente — durante a campanha eleitoral de Bolsonaro, quando uma identidade conservadora e de direita se impôs. Nós também investigamos a adesão deste grupo à pauta reivindicativa dos protestos da segunda quinzena de junho de 2013, que consistia em direitos sociais somados a combate à corrupção. E notamos ali que havia uma defesa muito explícita do acesso universal à educação, saúde e transporte, públicos e gratuitos — o que era muito surpreendente para alguns analistas. A defesa à gratuidade do transporte, que naquela ocasião não era amplamente

defendida pelo PT, inclusive colocava os manifestantes anticorrupção à esquerda do partido nesta matéria. Notamos também um apoio amplo aos esforços anticorrupção em grupos mobilizados pela esquerda. Minha interpretação, que defendi num artigo na Folha, era que o legado de junho de 2013 que somava direitos sociais e combate a corrupção tinha sido abraçado pela população brasileira de uma maneira geral, mas que as lideranças políticas que exploravam a polarização buscavam cindi-la e jogar uma metade contra a outra. As lideranças de esquerda propunham que para defender os direitos sociais era preciso condenar a pauta anticorrupção (que seria “golpismo” contra o governo dos trabalhadores) enquanto a direita propunha que para ser anticorrupção era preciso condenar os direitos sociais (que era Estado grande, fonte da corrupção). Na nossa série de *surveys*, dá para perceber que essa tentativa de fraturar a pauta de junho de 2013 demorou a se realizar e que só se concretizou mesmo no processo eleitoral de 2018 quando os grupos antipetistas mobilizados pela direita assumiram uma identidade e uma agenda mais clara.

7. Daí que aparecem dois temas importantes para os seus estudos posteriores. O primeiro é sobre o conflito de gerações que parece ser uma das mais importantes variáveis para se compreender a polarização política, ideológica e afetiva no Brasil. No caso de manifestações como a Marcha da Maconha ou de movimentos como o dos estudantes secundaristas, a polarização antipetismo e anti-antipetismo não parece ser tão relevante assim.

Quando investigamos o impacto da polarização em grupos mobilizados, ele não se dava da mesma maneira entre os grupos etários. No período 2015-2017, as mobilizações convocadas pelas lideranças dos campos polarizados atraíam uma audiência mais velha, com idade média de 45, 47 anos, tanto na esquerda petista e parapetista, como nos grupos anticorrupção. No entanto, em paralelo, havia um outro circuito de mobilização onde as pautas e as dinâmicas afetivas da polarização estavam razoavelmente ausentes e cuja demografia era jovem. Estamos falando das duas ondas de mobilizações: dos secundaristas e da Marcha da Maconha. E a idade não era o único traço demográfico distintivo. Esse circuito também era mais popular, com menor

renda familiar e maior presença de negros e pardos. Por uns anos perseguimos esse tema de como a polarização impacta de maneira diferente os distintos extratos de idade. Em um estudo que fizemos em parceria com a Agência Pública, descobrimos que os mais jovens consumiam mais conteúdo da grande imprensa, enquanto os mais velhos consumiam mais conteúdo dos chamados sites hiper partidários (como Brasil 247, à esquerda, e Jornal da Cidade Online, à direita). Noutro estudo que fizemos em parceria com a *Meta* (empresa que controla o *Facebook*), com uma base gigantesca de dados — com um bilhão de usuários em todo o mundo —, descobrimos que as pessoas mais velhas compartilham mais conteúdo do que as mais jovens, e compartilham numa medida maior quando o conteúdo é hiper partidário, e ainda maior quando é de direita. Em resumo, há bastante evidência empírica de que a polarização afeta mais as pessoas mais velhas.

Talvez isso possa ser explicado pelo fato de que a politização aumenta com a idade, um traço há muito tempo identificado pela sociologia política. À medida que a idade avança, aumentam a leitura de jornais, a identidade e filiação partidárias e o voto — ao menos naqueles países onde o voto não é compulsório. A exceção a esse incremento da politização com o aumento da idade é a participação em protestos políticos que tem sido historicamente mais marcada entre os jovens. Mas até essa exceção parece contrariada pela polarização quando vemos que as mobilizações dos campos polarizados atraem adultos mais velhos. Seja como for, é um tema que acho que ainda precisa ser melhor investigado, visto que alguns estudos têm mostrado uma espécie de polarização também entre grupos juvenis na internet. O estudo clássico de etnografia digital de Angela Nagle⁶, por exemplo, se assenta no antagonismo juvenil entre protodireitistas do *4chan* e profeministas no *Tumblr*, que teria parido o trumpismo. Aqui no Brasil é preciso lembrar que a primeira demografia a apoiar massivamente Bolsonaro na eleição de 2018 foram os jovens, e que o chamado “gabinete do ódio” foi montado com jovens da página “Bolsonaro zuero”. Enfim, precisamos de boas explicações que

⁶ *Kill all normies: Online culture wars from 4chan and Tumblr to trump and the alt-right*, 2017.

ainda não temos para incluir essas diferentes tendências demográficas numa interpretação simples.

8. Levando isso em consideração, parece haver uma outra mudança no perfil dos movimentos sociais relacionados à nova direita, com a eleição de 2018 e o governo do ex-presidente Bolsonaro. Você publicou um estudo importante em 2018 especificamente sobre a campanha do ex-presidente no Facebook que pode nos ajudar a compreender isso melhor: "A campanha de Bolsonaro no Facebook: Antissistêmica e conservadora, pouco liberal e nada nacionalista"

Nas eleições de 2018 nosso laboratório se propôs estudar a campanha digital de Bolsonaro. Não pegamos apenas a página oficial do candidato, mas mapeamos com cuidado todo o ecossistema de páginas hiper partidárias que o apoiavam no *Facebook*. Pareceu muito oportuno estudar a campanha digital do Bolsonaro porque era o elemento central de toda a campanha, já que tinha pouquíssimo tempo de propaganda em rádio e TV e não estava fazendo comícios em decorrência da facada. Classificamos manualmente os conteúdos da campanha digital e ficamos muito surpresos com os resultados. A campanha foi muito centrada no antagonismo com o feminismo e o movimento LGBT, com os meios de comunicação tradicionais (principalmente a Globo) e com os partidos políticos tradicionais, tratando com o mesmo desdém o PT, o PSDB e o MDB. Encontramos poucas menções à política de segurança, mesmo com a arminha na mão sendo o símbolo oficial da campanha. Também praticamente não encontramos menções às políticas econômica e social. A campanha dava centralidade às guerras culturais e adotava uma retórica populista contra as elites intelectuais e políticas. Depois, no ano seguinte, aplicamos um questionário a um grupo representativo da população de São Paulo e de novo vimos entre os eleitores de Bolsonaro adesão a afirmações populistas (ante elites políticas e intelectuais) e conservadoras. Isso me trouxe muita convicção do caráter populista do bolsonarismo e seu enraizamento nas guerras culturais.

9. Também podemos avançar, levando em consideração a perda da reeleição do ex-presidente, o surgimento dos acampamentos de pessoas em

torno dos quartéis militares e, por fim, os atos no dia 8 de janeiro de 2023. Qual a importância desses eventos para o quadro mais atual, já com a eleição de Lula?

Eu acredito que esses movimentos mais abertamente antidemocráticos de setores do bolsonarismo são nosso maior desafio político. Como acompanho o fenômeno desde seu nascedouro (os protestos contra a Dilma, que começaram em dezembro de 2014), pude observar sua paulatina radicalização que consolida as identidades de direita e de conservador e crenças no conservadorismo moral e, cada vez mais, no livre mercado. Espero que essa radicalização antidemocrática não seja mais um desses traços que começa na vanguarda e logo depois se generaliza para o eleitorado, como vimos nos outros temas.

De todo modo, dizer simplesmente que são antidemocráticos pode nos desviar de uma compreensão completa e nuançada do fenômeno. Acho que o mais preciso seria dizer que são movimentos populistas que tensionam e desafiam a democracia liberal em dois pontos principais: acham que elites burocráticas não eleitas (Superior Tribunal Federal, por exemplo, mas também uma agência como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária) estão roubando poder soberano da população. Acham também que há perda de poder soberano na proteção constitucional a minorias. Essa ênfase na reafirmação do poder soberano que se daria empoderando o líder populista para enfrentar as instituições é o que permite esse grupo operar com uma linguagem que reivindica a democracia e que acusa justamente a democracia liberal de não ser suficientemente democrática. É esse aparente paradoxo que fez o Yasha Mounk chamar o livro dele de “O povo contra a democracia”.

10. Num estudo publicado em 2022, em parceria com Márcio Moreto Ribeiro e Leonardo Zeine, você faz uma análise da polarização na vida social brasileira, através de 4 variações: a polarização na opinião política; a polarização na identidade política; o alinhamento ou não entre opinião e identidade política e, por fim, a polarização afetiva. O estudo chega a alguns resultados interessantes, entre eles o fato de que a polarização é bem menos intensa do que realmente parece. Embora ela exista, trata-se de uma

polarização moderada, em alguns casos seguindo uma dinâmica que é anterior ao advento das redes sociais digitais, além de ter alguma relação com questões relacionadas a conflitos de geração.

No começo dos anos 2020 achei que era importante rever toda a literatura sobre polarização política e aplicar as medidas consagradas nos estudos quantitativos da ciência política às séries de pesquisa de opinião no Brasil que tinham dados públicos. Isso era importante porque ainda havia muito pouca investigação empírica sobre polarização política no país. Nesse estudo, conseguimos observar o nascimento da polarização política nos anos 2000 — que pôde ser empiricamente identificada, mas era muito sutil. Mesmo em meados dos anos 2010 — onde terminavam nossos dados — a polarização que dava para ser medida era suave, não parecendo estar de acordo com a experiência vivida de uma esfera pública sufocante. Nossa explicação no artigo é que esse sentimento de uma polarização mais intensa se devia ao fato de que nas mídias sociais e nos veículos de comunicação de massa havia uma hiper representação dos segmentos mais polarizados.

Mas acho que esse estudo — que tem relevância por ser pioneiro no uso de certas metodologias no Brasil — capturou apenas o advento de um fenômeno que ficou bem mais pronunciado após 2018. Se olharmos os dados apresentados no livro de Felipe Nunes e Thomas Traumann⁷, os dados não deixam dúvida de que temos uma polarização política bem pronunciada no Brasil. No livro deles, vemos contrastes de opinião bem-marcados, sobretudo em temas morais, entre quem votou no PT e quem votou em Bolsonaro. O fato deste contraste ser mais forte em temas morais parece respaldar a tese da centralidade das guerras culturais que venho defendendo nos últimos dez anos.

⁷ Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. 2023.